

# LUTAS DEMOCRÁTICAS CONTRA A DITADURA: A CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ” NO ESTADO DA PARAÍBA<sup>1</sup>

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 130 milhões de brasileiros estão nesta hora com os olhos voltados para Brasília, na mais ansiosa expectativa da História política deste País, aguardando a decisão do Congresso Nacional sobre a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece de imediato as eleições diretas para Presidente da República. [...] <sup>3</sup>

O texto acima, retirado do discurso proferido pelo Senador paraibano Humberto Lucena, líder do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no Senado, presente no Congresso Nacional no dia 25 de abril de 1984, demonstra o tamanho da expectativa e representação política, social e econômica por traz da possível aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Naquele momento de crise política, social e econômica, a aprovação das diretas, nas palavras do Senador da oposição, representaria o anseio de mudança da população brasileira atendido.

“Diretas Já”, se tornou palavra de ordem nas ruas, praças, salas de aula, locais de trabalho, campos de futebol e comunidades de todo o Brasil. Políticos que lutavam pelo fim do regime e os que reconheciam que o mesmo havia chegado ao seu suspiro final, artistas, jornalistas, trabalhadores, advogados e juristas, acadêmicos, estudantes, médicos, enfim, todas as categorias, classes, cores e gêneros, uniram-se em torno de um desejo de mudança e de conquista republicana e democrática. Infelizmente, a História frustrou a todos estes. A emenda foi rejeitada, dos 320 votos necessários para a aprovação, foram obtidos 298, contra 65 votos contrários, 113 ausências e 3 abstenções.

A história da Campanha das “Diretas Já” no Estado da Paraíba é o tema do presente artigo. Pensando na perspectiva da Nova História Política, temos por objetivos em nossa pesquisa: analisar, mediante pesquisa empírica, as especificidades da transição para a democracia na Paraíba, observando o papel do Estado e da sociedade civil na mesma; verificar a tese da fragilidade da sociedade civil paraibana; bem como, observar se existiram diferenças significativas com relação a região sudeste do Brasil, no que se refere a tal campanha. Com fim de atingir tais objetivos, verificamos os principais eventos organizados em prol da campanha no Estado da Paraíba; as correntes políticas e sociais que participaram da mesma.

Para se alcançar tais objetivos, utilizamos fontes primárias impressas. Iniciamos com uma revisão bibliográfica acerca dos anos de transição da ditadura civil-militar para a democracia no Brasil e na Paraíba, seguida de pesquisa hemerográfica em três periódicos da imprensa paraibana: *A União*<sup>4</sup>, *O Norte*<sup>5</sup> e *Correio da Paraíba*<sup>6</sup> com o

<sup>1</sup> Trabalho vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto do Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paulo Giovani Antonino Nunes, intitulado *A Ditadura Militar Na Paraíba: Os Anos Da Abertura “Lenta, Gradual E Segura” (1974-1985)*, usando como recorte o plano *Lutas Democráticas Contra A Ditadura: A Campanha das “Diretas Já” no Estado Da Paraíba*.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bolsista PIBIC/CNPQ.

<sup>3</sup> Retirado de publicação do dia 26/04/84 do Diário Oficial do Congresso Nacional. Trecho de discurso proferido pelo Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) no Congresso Nacional, em 25/04/84, relativo à votação da Emenda Dante de Oliveira. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?> Último acesso: 30 de abril de 2016.

<sup>4</sup> “A Superintendência de Imprensa e Editora *A União* é um órgão da administração indireta do Governo

intuito de observar o comportamento e as articulações da “classe política” e da sociedade civil paraibanas, frente aos acontecimentos; bem como, de verificar os eventos ocorridos e sua veiculação na imprensa do período. A pesquisa tem como recorte temporal o período entre o mês de junho de 1983 à abril de 1984, quando ocorreu a votação no Congresso Nacional, este recorte se deu devido ao fato que foi em junho de 1983 que ocorreu o primeiro evento de caráter pró-diretas, em Goiânia (GO)<sup>7</sup>.

Quanto ao uso de periódicos como fonte documental para este trabalho, partilhamos do entendimento de Tania Regina de Luca<sup>8</sup> e, especificamente, a concepção que Camargo (1971) apresenta:

O jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas. (CAMARGO, 1971, p. 225)<sup>9</sup>.

A análise aqui apresentada se coloca no campo da “Nova História Política” ou da “História Política Renovada”, buscando, nesse caso, realizar um diálogo entre História Política e História Cultural, sob a ótica do conceito de “cultura política” e observando os elementos que formaram a totalidade social do país, buscando inserir todos os atores do jogo político durante o período de abertura da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Esta “Nova História Política” foi resultado de uma renovação desenvolvida em torno do prisma da História Política dita tradicional, factual, metódica, positivista, aristocrática e hegemônica até então. A crítica aos métodos, práticas e perspectivas dessa História Tradicional, foi feita, principalmente pela *Escola dos Annales*, em meados de 1930, levando de início, ao descrédito da História Política. (FALCON, 1997.)<sup>10</sup>.

Em um movimento de ampliação do papel da política, de reação e de renovação, uma “História Política Renovada” adentra ao cenário historiográfico, onde a interdisciplinaridade com as demais ciências sociais é de fundamental importância. Ampliou-se os espaços políticos de análise, ampliou-se os atores do jogo político a serem estudados e, com isso, ampliou-se a massa documental que pode vir a ser utilizada. (RÉMOND, 1996)<sup>11</sup>.

---

da Paraíba. *A União* é responsável pela publicação do Diário Oficial da Paraíba, do histórico Jornal *A União*, fundado em 1893 e da Revista *Correio das Artes*.” (Grifos próprios) Fonte:

<http://auniao.pb.gov.br/institucional>

<sup>5</sup> “O jornal *O Norte*, dos Associados da Paraíba, foi fundado em 1908. Em 1945, foi comprado pelo jornalista Francisco de Assis Chateaubriand de Melo.” (Grifos próprios) Fonte:

[http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co\\_veiculo=31](http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=31)

<sup>6</sup> “O *Correio da Paraíba* foi um jornal fundado por Teotônio Neto, empresário, que na década de 1960 exercia o cargo de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD).” (SOBREIRA, 2016, p. 16.)

<sup>7</sup> RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já** - O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.30.

<sup>8</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

<sup>9</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. II.

<sup>10</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

<sup>11</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

Quanto ao conceito de “cultura política” utilizado aqui, sendo este concebido no campo da Ciência Política norte-americana, entendo-o como definido por Rodrigo Patto Sá Motta:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).<sup>12</sup>

## DA DISTENSÃO À ABERTURA

Entre 1974 e 1979, o Brasil esteve sob o governo do General Ernesto Geisel, período este, onde observa-se o início de uma descompressão do regime militar, intensão de retorno ao Estado de Direito, contudo, sem representar ainda uma redemocratização. O processo que se seguiu, a chamada redemocratização do país, caracterizou-se como longo e marcado pelas tentativas do comando do regime de manter o controle sobre o mesmo, promovendo uma “política de distensão” em estágios bem planejados. Apenas no governo do General João Batista de Figueiredo, iniciado em 1979, que a política de abertura teve início oficialmente, sob o slogan de uma abertura “lenta, gradual e segura”. (ALVES, 1989, p. 225.)<sup>13</sup>

A composição interna do jogo político durante o governo de Geisel, aponta para três linhas de ação, duas dos militares e uma terceira dos setores de oposição. Destaca-se o projeto Geisel-Golbery que, enquanto herdeiros de uma linha ligada ao General Castelo Branco, pensavam em uma volta aos quartéis, observando a segurança e o desenvolvimento do país nos moldes da Doutrina de Segurança, caracterizando uma linha mais moderada do regime. Com uma outra concepção de ação, havia o grupo dos generais *linha-dura*, estes tinham como expoentes nomes próximos ao General e ex-presidente militar Costa e Silva. Contudo, ao longo do processo de abertura, o regime militar foi perdendo importantes recursos de poder, como com a revogação do AI-5 (Ato Institucional Número 5), que contribuiu para a restauração parcial de algumas liberdades políticas, e a consequente tentativa de desarticulação do grupo *linha-dura*. (BERTONCELO, 2007).<sup>14</sup>

No âmbito das oposições, após a Lei Orgânica dos Partidos em 1979<sup>15</sup>, destaca-se os nomes e as ações em torno do PMDB e demais partidos de oposição. Importante perceber que, a oposição vinha em uma escalada desde as eleições de 1974, onde, conseguiu importantes vitórias no Congresso e em assembleias de estados-chave. Nas eleições de 1982, gerais e diretas, o PMDB teve o maior número de cadeiras pelas oposições, seguido pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista); da mesma forma quanto ao número de estados. O PMDB e o PT (Partido dos Trabalhadores) foram os grandes viabilizadores políticos da campanha por eleições diretas para presidente.

<sup>12</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

<sup>13</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>14</sup> BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

<sup>15</sup> Com a Lei Orgânica dos Partidos em 1979 instituía-se a volta do pluripartidarismo ao país. Passava a ser obrigatório aos partidos políticos agregarem a palavra partido, desta forma, o ARENA foi extinto e surgiu o Partido Democrático Social (PDS) congregando quase a maioria absoluta do partido que apoiava o governo, e o MDB, tornou-se PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Além dos demais partidos que surgiram naquele cenário.

(SILVA, 2003).<sup>16</sup>

A reativação da competição política em campo eleitoral favoreceu a arena político-partidária, principalmente para as oposições, onde destaca-se que o crescimento e enraizamento das oposições junto à sociedade beneficiou a luta por eleições diretas, visto o papel importante desempenhado por prefeitos e governadores na organização de manifestações. (BERTONCELO, 2007).

As rachaduras na base de sustentação do Estado, materializadas pela crescente oposição de camadas empresariais (dos setores público e privado) às políticas de ajuste promovidas pelos dirigentes estatais, a erosão do apoio sociopolítico ao governo federal e ao regime militar e as alterações na correlação de forças sociais e políticas (com o crescimento político-institucional das oposições partidárias e a autonomização política de diversos grupos sociais) produziram uma ampliação dos espaços de disputa política e uma redução da eficácia dos recursos à disposição do núcleo do regime para controlar o processo político e homenagear a ação política, desencadeando, assim, uma *conjuntura crítica*. A luta pelo voto direto para presidente constituiu uma linha de ação que emergiu em decorrência desses deslocamentos de poder entre as principais forças sociais e políticas e da ampliação do espaço de disputas políticas. (BERTONCELO, 2007, p. 91).

Ao longo do período descrito acima, ocorreu uma certa abertura no espaço político para alguns grupos, como as oposições de elite, ao passo que outros, ao se reorganizarem enquanto movimentos sociais e com certo caráter classista, enfrentaram forte repressão do regime, mas através de movimentos de lutas e alianças entre setores progressistas, puderam alcançar um importante nível de organização e participação em decisões. Enquanto grupos que se organizaram e participaram ativamente desse processo de redemocratização, destaca-se: os movimentos seculares de base; as organizações de base ligadas à Igreja Católica; o “novo sindicalismo”; movimento estudantil; e os partidos de oposição, mais fortemente os com base de esquerda ou popular. (ALVES, 1984).

Estes movimentos sociais tiveram papel fundamental nas linhas de frente da organização de muitas manifestações por todo o Brasil durante a Campanha das “Diretas Já” para eleição de Presidente da República. Segundo Delgado (2007)<sup>17</sup>, a campanha se caracterizou como um movimento suprapartidário, heterogêneo e despersonalizado. O movimento reuniu e estimulou diversas críticas ao regime civil-militar e à sua condução até aquele momento, desde a crítica ao aparato autoritário e repressivo que impediam a democracia até a rejeição à política econômica adotada pelo Estado de exceção.

A Campanha das “Diretas Já” teve duração por volta de 14 meses, entre março de 1983, mês em que o deputado federal Dante de Oliveira do PMDB do Mato Grosso conseguiu as assinaturas necessárias para o encaminhamento ao Congresso Federal da emenda que propunha a volta das eleições diretas para Presidente da República ao final do ano seguinte e, abril de 1984, mês em que a emenda de Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso. O que começou como ato político de um deputado federal, ganhou as ruas de todos os estados do país, somando-se aos anseios democráticos de

---

<sup>16</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 245-282.

<sup>17</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Diretas-Já: vozes das cidades”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) **Revolução e democracia (1964 ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3).

mudança da sociedade brasileira.

A mobilização social em torno da campanha ganhou força a partir do final de 1983 e, principalmente, no início de 1984, com a expectativa do apoio dos governadores das oposições para os comícios em seus Estados, e até de políticos da ala pró-diretas do PDS. Nesse sentido, de apoio social à campanha, destacam-se as ações de várias organizações sociais e entidades civis de todo o país, com a formação de comitês pró-diretas, divulgação de manifestos, organização de plebiscitos e eleições simuladas, além de organização e da presença em manifestações.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1984, a Caravana das Diretas<sup>18</sup>, percorreu o Norte e o Nordeste do país promovendo eventos pró-diretas. Em fevereiro, foi criada a Comissão Nacional Pró-Diretas, que reunia representantes de todos os partidos de oposição e membros do grupo pró-diretas do PDS, além de organizações sociais.

O significado histórico do movimento ‘Diretas-Já’, ocorrido entre novembro de 1983 e abril de 1984, foi muito além dos seus resultados político-institucionais imediatos. Em pouco mais de quatro meses, milhões de brasileiros ocuparam as praças públicas num conjunto de gigantescas manifestações de repúdio ao regime militar, exigindo a volta das eleições diretas para Presidente da República. Mesmo presa à uma dinâmica institucional, [...] as ‘Diretas-Já’ ultrapassou qualquer expectativa de participação e mobilizou os mais amplos setores da sociedade civil, pré-organizada ou não. (NAPOLITANO, 1995, p. 207.)<sup>19</sup>.

Na Paraíba, o período de “abertura política”, destaca-se pelo retorno de alguns movimentos no campo e de um movimento sindical, ambos sob forte influência e iniciativa dos trabalhos de base da Igreja Católica<sup>20</sup>. Por volta de 1979 e 1980, surgem movimentos feministas que se destacam na luta pela Anistia na Paraíba, a posteriori, na Campanha das “Diretas Já”. Destaca-se também, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), e a Associação Paraibana de Imprensa (API), sendo esta última, caracterizada por atuação progressista e em defesa da restauração do Estado Democrático de Direito. (NUNES, 2009)<sup>21</sup>.

Quanto aos partidos de oposição, destaca-se a postura do PMDB e do PT. O PMDB, tinha forte presença política na Paraíba, este havia sido o único Estado do Nordeste a conseguir eleger um senador do partido em 1982, o senador Humberto Lucena<sup>22</sup>, que se tornou líder do partido no Senado e foi figura importante para a organização do Comitê Pró-Diretas Teotônio Vilela na Paraíba, comitê suprapartidário formado pelos diversos grupos de oposição ao regime. Destaca-se ainda, a atuação da ala feminina do partido que também desempenhou importante papel junto aos movimentos feministas para a promoção de manifestações pelas diretas.

<sup>18</sup> Movimento em que os líderes Ulysses Guimarães (PMDB), Luís Inácio da Silva, Lula (PT) e Doutel de Andrade (PDT), saíram em caravana promovendo comícios pelas diretas.

<sup>19</sup> NAPOLITANO, Marcos. Representações Políticas no Movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, nº29, pp.207-219, 1995.

<sup>20</sup> Sobre a Igreja Católica neste período, ver: PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2012.

<sup>21</sup> NUNES, Paulo Giovani Antonino. Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas**, UFPB, 2009.

<sup>22</sup> Havia pertencido às fileiras do Partido Social Democrático (PSD) na década de 1950 e início da década de 1960, posteriormente, em 1965 com a imposição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), filiou-se ao MDB, de onde seguiu para o PMDB após o fim do bipartidarismo em 1979. (Sobreira, 2016).

No que se refere ao PT, este teve seu processo de criação no Estado da Paraíba datado no ano de 1980<sup>23</sup>, no período inicial os quadros do partido ainda eram restritos, contudo, tinham forte ligação com sindicatos paraibanos e com as pastorais da Igreja Católica. O partido se mostrou fundamental quando da realização das manifestações em João Pessoa, visto o alcance sindical e popular de seu líder, Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

## A CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ” NA PARAÍBA

A Campanha “Diretas Já” teve boa divulgação e discussão nos jornais paraibanos aqui trabalhados, contudo, o número de notícias no ano de 1983 é muito pequeno se considerado com o ano de 1984. Esse movimento nos jornais vai de encontro com o próprio fôlego e tamanho que a campanha adquiriu em 1984, quando o número de comícios e o nível de participação da sociedade civil cresceu consideravelmente.

Em notícia intitulada “Para Humberto Lucena, o movimento é necessário” e veiculada no jornal *A União*, no dia 16 de julho de 1983, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e, o advogado Pedro Gondim, ex-governador da Paraíba e naquele momento presidente do Diretório Municipal do PMDB, destacam a ação de seu partido em favor das eleições diretas. Lucena aponta a necessidade de levar a campanha ao máximo, buscando resolver a crise política e econômica do país. Já Gondim, destaca a importância da participação da população na campanha, mesmo que esta não logre êxito, informam também sobre as pretensões do PMDB de instalar um comitê em João Pessoa para tratar exclusivamente das diretas.

Esta notícia, pode nos demonstrar a atenção distendida pelo PMDB paraibano na Campanha das “Diretas Já”, colocando-a como um meio não só de alcançar a democracia, mas também de resolver a crise econômica do país, sendo esta, uma associação recorrente entre políticos de oposição e a sociedade civil organizada. Também podemos observar a preocupação dos líderes locais do partido com a necessidade de participação popular na campanha, visto que a notícia é do mês de julho, período em que o nível de participação na campanha ainda não era tão alto.

Um fato curioso foi o apoio demonstrado pelo então governador do Estado, Wilson Braga<sup>24</sup> (PDS), ao retorno das eleições diretas para Presidente da República. No dia 21 de agosto de 1983, o jornal *O Norte* divulgou uma notícia com o título “Wilson insiste em eleição direta para consolidação da democracia”, segundo a qual, o governador afirma ser inevitável eleições diretas, pois este já seria um anseio de toda a população brasileira e de vários grupos políticos, sendo necessário apenas um movimento de conciliação em prol da consolidação democrática do país. Ainda segundo a notícia, Braga teria afirmado que os militares já haviam compreendido que era necessário efetivar da transição democrática. Apesar de constantemente dar opiniões em apoio à campanha, o governador se manteve “fiel” à recomendação da cúpula de seu partido, de não participar de manifestações em favor da emenda.

---

<sup>23</sup> Sobre o Partido dos Trabalhadores na Paraíba, ver: NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba**: construção e trajetória do partido no Estado. João Pessoa: Sal da Terra, 2004.

<sup>24</sup> Braga venceu as eleições para governador em 1982 pelo PDS, antes, o mesmo havia pertencido à ARENA. Segundo Cittadino (1999), essa eleição havia sido marcada pelo chamado “populismo braguista”.

O deputado federal Ernani Sátiro<sup>25</sup>, do PDS da Paraíba, foi o relator da Emenda Dante de Oliveira no dia 25 de abril de 1984 no Congresso Nacional, o referido deputado deu parecer e voto contrários à aprovação da emenda. Para tanto, esta posição do deputado já era esperada, visto que, este fazia parte de uma parcela do PDS que fez campanha, pela continuidade do rito indireto em colégio eleitoral.

O posicionamento do deputado pode ser observado na notícia publicada na capa do jornal *Correio da Paraíba* do dia 1º de janeiro de 1984, sob o título “Ernani: não existe democracia direta”:

[...] o deputado Ernani Sátiro, do PDS, defendeu a escolha do futuro presidente da República pela via indireta, que definiu como “uma solução democrática”, pois para ele “o povo é para ser liderado e não existe democracia direta”. O parlamentar pedessista acrescentou que “o povo não decide as grandes questões nacionais, senão através de seus representantes. É justamente para isso que existem deputados e senadores, porque eles estão investidos de mandato para decidir pelo povo” [...] <sup>26</sup> (CORREIO DA PARAÍBA, 01/01/1984, p.1).

Neste trecho acima, fica claro a opinião e expectativa do entrevistado quanto à possibilidade de eleições diretas no Brasil. De certa forma, a noção de democracia apresentada pelo deputado se parece, em alguns aspectos, com a pretendida “democracia forte” de Geisel, onde feitas as salvaguardas aos poderes repressivos do regime, as instituições políticas de representação seriam dotadas de flexibilidade para permitir uma participação restrita no processo decisório, traços de uma cultura política autoritária, presente não só nos discursos dos líderes do regime, mas também nos seus apoiadores locais.

A percepção de democracia do deputado era puramente representativa e, desmerece a consciência política do povo, na medida em que o isenta de responsabilidades e de direitos. Neste ponto, podemos perceber também, uma contradição, pois ao desmerecer o voto popular e o direito decisório do povo quanto a eleição para Presidente, o mesmo, desmerece também os votos que os elegeram para a Câmara Federal. Um paradoxo do regime autoritário e de seus defensores, onde a ideia de flexibilidade do regime aparece como uma fachada, pois os direitos políticos não são plenos, são cerceados e questionados pela postura dos próprios congressistas que não apoiam a aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

No que se refere às manifestações em favor das diretas aqui na Paraíba no ano de 1984, destacarei três delas realizadas na capital: o comício realizado no dia 26 de janeiro; o ato organizado por entidades feministas, que ocorreu em 12 de abril; e por último, a vigília cívica do dia 25 de abril.

A matéria de capa do jornal *O Norte* do dia 27 de janeiro era a seguinte: “Pró-Diretas reúne 20 mil na Lagoa”. Segundo esta matéria estiveram presente ao comício, realizado pelas oposições no Parque Sólon de Lucena na noite anterior, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o deputado Miguel Arraes (PMDB-PE), o líder do PT Luiz Inácio Lula da Silva, dentre outros políticos. A matéria destaca que o público havia levado faixas pedindo a aprovação das diretas e a legalização do Partido Comunista do Brasil.

Já no jornal *A União*, a matéria do dia 27 era: “Pregação pelas diretas leva

<sup>25</sup> Em sua vida política partidária, o deputado havia sido membro da União Democrática Nacional (UDN), onde fazia oposição ao governo de João Goulart e, posteriormente, vinculou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) da Paraíba. (SOBREIRA, 2016, p 13.)

<sup>26</sup> Trecho retirado de matéria intitulada: “Ernani: não existe democracia direta”, presente no Jornal *Correio da Paraíba*, no dia primeiro de janeiro de 1984, primeira página, João Pessoa, Paraíba.

multidão à Lagoa”. As informações das matérias eram praticamente as mesmas, a diferença para que chamo atenção é apenas o destaque dado pelos dois jornais. No *O Norte*, a notícia estava em evidência na primeira capa, logo abaixo do cabeçalho do jornal, além de praticamente toda a capa conter notícias fazendo referência, de alguma forma, à campanha pelas diretas. No jornal *A União*, a notícia também estava na capa, contudo, era a última da página, além de ser a única da capa que fazia referência às diretas.

De certa forma, este exemplo serve para ilustrar, a atenção e importância que os dois jornais analisados deram à Campanha das “Diretas-Já”. Mesmo que o jornal *A União* tenha noticiado vários eventos, encontros, manifestos e posicionamentos de políticos no que tange à Campanha das “Diretas Já”, podemos perceber, mediante análise das notícias veiculadas e da própria disposição das mesmas nos jornais impressos, um certo receio e conservadorismo do jornal e de sua linha editorial para com a promoção de informações sobre a Emenda Dante de Oliveira e a Campanha das “Diretas Já”, além de sempre buscar destacar as opiniões e ações do governador Wilson Braga. Situação distinta à observada nos dois outros jornais, *O Norte* e *Correio da Paraíba*, onde percebemos um número maior de notícias e artigos, fazendo referência à campanha e uma maior evidência destas na configuração dos jornais impressos.

Outra manifestação que ocorreu, foi organizada por entidades feministas, e ocorreu no dia 12 de abril. O jornal *A União*<sup>27</sup> trouxe que o comício inicialmente seria majoritariamente feminino e organizado pelo “Movimento das Mulheres pelas Eleições Diretas”, que contava com a presença de vários grupos feministas da capital e do interior do Estado. A manifestação teria crescido bastante após a chegada dos participantes de uma “caminhada promovida por entidades de base, políticos, líderes sindicais e associação de bairros”, reunindo ao final cerca de 3 mil pessoas entre homens e mulheres.

O último evento pró-diretas que trato, ocorreu justamente no dia da votação da Emenda Dante, a vigília cívica promovida pelo Comitê Teotônio Vilela no Ponto de Cem Réis. Como reportado nas notícias “No Calçadão, o comitê a espera da votação das diretas já” e “No Ponto de Cem Réis, a vigília espera votação”, respectivamente dos jornais *O Norte* e *A União* dia 26 de abril. Segundo estas, o público ia se aglomerando à medida que o tempo passava e esperavam ansiosamente os poucos boletins informativos que chegavam de Brasília, visto que o governo federal havia proibido a transmissão por televisão ou rádio da sessão de votação. Ao final, o clima era de total tristeza e desalento, pessoas chorando e incrédulas com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa hemerográfica nos jornais já citados, podemos identificar que manifestações pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira ocorreram em pelo menos 8 cidades do Estado, foram elas: a capital João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Soledade, Areia, Patos, Cajazeiras e Alagoa Grande. Todas as manifestações que pudemos identificar foram organizadas ou pelo Comitê Teotônio Vilela das respectivas cidades ou, por organizações da sociedade civil, como grupos feministas, associações de imprensa e sindicatos. Era comum os eventos contarem com a organização de mais de uma entidade, agrupados nos vários comitês pró-diretas.

Com relação à “classe política”, a ação destes seguiu, de certa forma, o arranjo

---

<sup>27</sup> Tais informações constam em 4 notícias veiculadas no jornal *A União* nos dias 7, 11, 12 e 13 de abril de 1984.



do cenário nacional, as oposições se uniram nos comícios por todo o país em um movimento suprapartidário pela efetivação das diretas. Contudo, percebemos tanto a nível nacional quanto regional, que com a proximidade da votação e as ações do núcleo central do regime, acabaram-se se acentuando as divergências entre os grupos e partidos que formavam esta frente suprapartidária.

Verificamos que diversos grupos da sociedade paraibana, afora a “classe política” participaram da Campanha das “Diretas Já”, tendo alguns segmentos se destacado pela ativa participação. Observamos a criação de comitês pró-diretas por parte de diversos destes segmentos: médicos, professores, estudantes, jornalistas, mulheres, artistas, cristãos, dentre outros, organizados ou não em suas associações trabalhistas, estudantis ou de bairros. Várias entidades e organizações de profissionais liberais e trabalhadores escreveram e/ou divulgaram suas intenções por eleições diretas, como por exemplo: a Associação de Médicos da Paraíba, a Associação da Imprensa Paraibana (API), a Associação dos Engenheiros da Paraíba, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – Seção João Pessoa (ADUFPB-JP), os vereadores reunidos no I Encontro de Vereadores do Sertão, a Assembleia Legislativa da Paraíba, dentre outros.

A população organizada em comitês e associações, vestiu o verde, amarelo e branco e foi às ruas. Mas não só pelas diretas. Foram às ruas por três fatores principais: primeiramente a sociedade estava se reorganizando desde o início da “distensão”, era necessário efetivar em conquistas de direitos aquela alta conscientização política que setores da sociedade brasileira haviam alcançado; o segundo fator era justamente a demanda principal dessa conscientização política, conquistar o direito de votar para Presidente, e isso pode ser entendido como um anseio pelo estabelecimento pleno de uma democracia, onde a população deveria ter uma maior participação nas decisões políticas do país, dos estados e dos municípios; e por fim, a sociedade foi às ruas pela mudança da política econômica do Brasil, que estava gerando desemprego, arrocho salarial e alta inflação, muito em decorrência das políticas de austeridade do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Desta forma, podemos perceber, que a sociedade paraibana, em especial nas maiores cidades do Estado, seguiu um movimento nacional e não ficou indiferente à Campanha das “Diretas Já”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípides Simões de (org.). **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. II.

CITTADINO, Monique. A política paraibana e o Estado autoritário (1964-1986). In:

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999. (História Temática da Paraíba v.4). p. 111-240.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Diretas-Já: vozes das cidades”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3).

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, **Dante**. **Diretas Já**: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. Representações Políticas no Movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, nº29, pp.207-219, 1995.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Publicado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas**, UFPB, 2009.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já** - O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), p. 245-282.

SOBREIRA, Dmitri Da Silva Bichara. **Para Além Do “Sim, Senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) E A Ditadura Militar Na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2016.

## **FONTES**

Jornal A União. Ano XCI.

Jornal A União. Ano XCII.

Jornal O Norte. Ano 75.

Jornal Correio da Paraíba. Ano de 1984.

Jornal Diário do Congresso Nacional. Ano XXXIX – Nº 034.